

POR QUE INSISTIR NAS ARTES VIVAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE?

Vicente Concilio

É cada vez mais comum nos referirmos às artes cênicas como “artes vivas”. Isso porque o teatro, a dança e a *performance*, enfim, as artes cênicas, fundamentam-se como linguagem artística a partir da noção de presença compartilhada: artistas e espectadores dividem um mesmo espaço e um mesmo período de tempo no momento em que a obra é realizada, quer dizer, “ao vivo”.

Desde 2001, eu atuo como professor de teatro em espaços que costumamos associar como o oposto da vida. Espaços de privação de liberdade não costumam ser referidos na literatura por nomes festivos. Lima Barreto escreveu sobre sua internação em um hospital psiquiátrico chamando-o de *Cemitério dos Vivos*. O relato que Fiódor Dostoiévski publicou em forma de romance sobre o período em que foi aprisionado se chama *Recordações da Casa dos Mortos*. Desse modo, estamos nos referindo a um espaço que é associado ao óbito, ao fim, ao perecimento.

Nesse espaço de morte, **insistimos** em uma ação artística que propõe justamente a vida. **Insistimos**, no plural mesmo, evidenciando o “nós”, pois, apesar de essas iniciativas não darem conta de oferecer oportunidades de acesso à totalidade de pessoas aprisionadas no Brasil (um número que chega cada vez mais perto de um milhão de vidas), as artes vivas em prisões já possuem uma história.

Dessa história, fizeram parte figuras fundamentais da história do teatro e da cultura brasileira, como Abdias Nascimento, Ruth Escobar, Frei Betto, Roberto Lage, Elias Andreatto, Maria Rite Freire Costa, Denoy de Oliveira, e uma série de artistas e professores e professoras universitárias, na qual eu me incluo, juntamente a nomes que merecem menção aqui (e sempre correndo o risco de omitir nomes importantes): Maria de Lourdes Naylor Rocha, Natália Fiche, Viviane Narvaes, Christina Fornaciari, Annie Martins, Emerson de Paula, Marcelo Castro, Elka Vitorino, Janilce Rodrigues, Caroline Vetori, Samira Sinara, Daiane Dordete, Sérgio Kauffman, Laís Jacques Marques, Vicentina Flôr, Valdeir Oliveira, Márcia Limma, Denise Carrascosa, Magno Bucci e Júlia Oliveira.

Além dessas pessoas, destaco também iniciativas de grupos teatrais que, mais recentemente, passaram a dedicar parte de suas pesquisas artísticas a intervir no sistema carcerário, por meio de oficinas e de projetos culturais, além de produzir ciclos de debates e espetáculos que tentam compreender o impacto do aprisionamento em nosso tecido social: a Zula Cia. de Teatro, o Grupo do Trecho, a Cia. de Teatro Heliópolis, a Cia. Dxs Terroristas, o Coletivo Dodecafônico e o Sarau Asas Abertas. Cada uma dessas pessoas, cada um desses grupos realiza projetos diferenciados, específicos às possibilidades de atuação autorizadas pelas unidades penais ou socioeducativas em que atuam, que certamente merecem repercussão e destaque pela qualidade de suas intervenções artísticas.

É um compromisso expor esse panorama, para que cada vez mais pessoas tenham ciência de que propostas teatrais e artísticas em espaços de privação de liberdade são sempre um projeto maior que iniciativas individuais. Como se trata de uma manifestação de um projeto de mudança por justiça social, ele só tem sentido quando compreendido como uma ação política e coletiva.

Dentro desse panorama, sinto-me à vontade para expor minha própria trajetória e o estado atual de nossa atuação no Presídio Feminino de Florianópolis e no Centro de Internação Feminina (CIF), que abriga adolescentes cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade.

Essas ações integram o projeto de pesquisa “Teatro e prisão: práticas de infiltração das Artes Cênicas em espaços de vigilância” e também se configuram como parte de meu programa de extensão, denominado “Pedagogia do Teatro e processos de criação”, resultado de minha atuação como docente do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Destaco, inclusive, o papel relevante que as universidades públicas brasileiras desempenham no contexto prisional, seja por meio de pesquisas que ajudam a compreender sistemicamente as intrincadas relações que o sustentam, seja por meio de ações extensionistas e educacionais que visam a profissionalizar, formar e agir positivamente no cotidiano das unidades penais. Contudo, por que a privação de liberdade deveria ser um tema para as artes vivas?

Partimos do princípio de que a prisão deveria ser um tema para qualquer área do desenvolvimento humano, pois certamente o desinteresse em articular reflexão crítica sobre nosso modelo punitivo é parte importante do problema que enfrentamos. As

pesquisas atuais apontam para um modelo que alimenta a lógica do encarceramento em massa, ou superencarceramento, o que em sociedades capitalistas pós-coloniais serve como uma estratégia de “gestão da pobreza”, como demonstram os estudos de Loic Wacquant, sociólogo francês radicado nos Estados Unidos. Esse modelo atua prejudicando determinadas populações, notadamente as pessoas pretas, pobres, periféricas e de baixa escolaridade, que sofrem desproporcionalmente os efeitos do policiamento e as sanções do judiciário, reflexo evidente do racismo estrutural entranhado em nossa sociedade.

Mais recentemente, a pesquisadora Juliana Borges, em sua obra *Encarceramento em Massa*, analisa essas questões com foco no aprisionamento de mulheres, exibindo dados que demonstram um assustador avanço de 567,4% no número de mulheres em pena de privação de liberdade entre os anos de 2006 e 2014. Como são números desatualizados, eles podem ser muito maiores.

O impacto do aprisionamento na vida das mulheres tem consequências específicas: o índice de abandono por familiares é altíssimo, o que as impede de seguir tendo vínculos com seus filhos e suas filhas; as dificuldades de acesso a medicamentos e artigos de higiene específicos para mulheres são imensas, e há uma crescente cultura de medicalização e oferta de ansiolíticos.

A prisão, que promove uma intervenção imensa do Estado na vida do indivíduo, traz consequências que são maiores que o próprio cumprimento da pena. Em seu clássico livro *Manicômios, prisões e conventos*, o antropólogo Erving Goffman afirma que as instituições totais promovem a “mortificação do eu”, uma estratégia desenvolvida pelas pessoas institucionalizadas a seguirem existindo enquanto esperam o seu retorno ao convívio social.

Por circunstâncias diversas, sempre atuei em espaços de privação de liberdade voltados a mulheres. Desde 2017, ofereço uma oficina de teatro no Presídio Feminino de Florianópolis, em aulas que aconteciam aos sábados para um público variável de até 14 participantes. Esse número mudava por razões alheias a nosso controle: integrantes eram transferidas de unidade ou eram liberadas, por exemplo. Também não selecionávamos integrantes, pois todo esse processo é conduzido pela unidade, a qual define os critérios de quem pode estar nas aulas.

O retorno às atividades presenciais ainda não aconteceu, pois as restrições sanitárias ainda nos impedem de retomar os ensaios, suspensos desde fevereiro de 2020. No entanto, ao longo de 2019, período em que o processo conseguiu consolidar suas estratégias de atuação, contamos com a coordenação coletiva de cinco docentes. Além de mim, compunham a equipe: a pesquisadora e dramaturga Caroline Vetori, a professora Naguissa Takemoto Viegas e, a partir de junho, duas atrizes integrantes do Coletivo Nega, Alexandra de Melo e Thuanny Paes passaram a integrar o processo, como parte de seu projeto “Mulheres Negras Resistem”.

Os impasses provocados por um processo conduzido por tantas pessoas foram logo superados por nossas afinidades, fortalecendo o desejo de criarmos um espaço fértil à arte teatral e que estimulasse nossas alunas a desenvolverem uma espécie de coragem de criar, seja nas improvisações teatrais, seja nos próprios processos de escrita propostos ao longo do processo.

Esses processos de escrita criativa foram a matriz do texto elaborado por Caroline Vetori, que também coordenou as propostas de escrita criativa e muitas das improvisações que geraram a peça “Estendemos nossas memórias ao sol”. Com esse roteiro inicial em mãos, avançamos da fase das improvisações para o momento de “encenação como prática de aprendizagem”: líamos a cena e, por meio do trabalho prático, reconfigurávamos o texto em um processo que alimentava a vitalidade do jogo cênico e mantinha vivo o trabalho criativo.

Pudemos apresentar esse espetáculo em duas ocasiões: a primeira como espetáculo convidado do Festival Floripa Teatro – Isnard Azevedo, principal evento teatral da cidade de Florianópolis, e a segunda nas dependências do Departamento de Artes Cênicas no Centro de Artes da Udesc. Ambas as apresentações aconteceram fora do presídio e foram conquistas obtidas graças ao apoio do judiciário e da equipe de direção e agentes da unidade. Nesses momentos, uma mistura avassaladora de sentimentos provocados pelas memórias, pelas motivações e pelas superações que enfrentamos para conseguir apresentar um espetáculo de meia hora tomou conta de nosso corpo.

Por mais que tenhamos consciência de que falar sobre esse aspecto emocional pode reduzir o impacto de nossas reflexões sobre o evento em si, é impossível não dar destaque ao momento em que presenciamos nossas parceiras de criação assombradas

pelo impacto de terem realizado um espetáculo ovacionado pelo público, que foi surpreendido com a entrega delas a um texto que mesclava provocações contundentes ao sistema penal (de forma poética, é importante frisar), ao mesmo tempo em que criava espaços para que elas exibissem todo seu aprendizado como mulheres de teatro.

Enquanto elas recebiam os aplausos, era impossível não pensar nas dificuldades todas enfrentadas por aquelas vidas aprisionadas – e no quanto as artes vivas contribuíram para que elas percebessem o quanto tinham direito também à arte, à cultura e à educação – e estamos enfatizando o “direito a”, pois nosso papel ali era garantir esse acesso.

Se há algo que as artes vivas em espaços mortos podem nos ensinar é que não podemos mais abrir mão de ocupar instituições que parecem arredios à liberdade de criar. Isso porque, daqui a pouco, se seguirmos nos omitindo, onde restarão espaços livres?